



EMENTA

IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

Código de Normas para Oficiais de Justiça Avaliadores

Competência técnica: Legislação aplicada à área
Conhecimentos relacionados: Direito Processual Civil

Objetivo Geral

Atualizar a qualificação dos Oficiais de Justiça Avaliadores, quanto às normas regulamentares para cumprimento dos mais variados tipos de mandados judiciais, em razão das alterações promovidas pelo Código de Normas na atuação desses profissionais em diligências de rotina.

Objetivos Específicos

- Analisar e identificar, através da comparação dos textos legais do CPC com o atual Código de Normas, as alterações que tragam reflexos na atuação dos OJAs;
- Reciclar conhecimentos sobre diligências de comunicação processual e também de constrição judicial;
- Estimular o raciocínio crítico sobre a ordem de preferência das comunicações processuais dispostas tanto no CPC quanto no Código de Normas;
- Fornecer segurança aos OJAs para o cumprimento de mandados segundo os critérios e requisitos do novo código;
- Proporcionar familiaridade com os dispositivos legais pertinentes à sua atuação;
- Identificar as particularidades de cada um dos tipos de mandados judiciais, possibilitando que a ordem judicial alcance todos os requisitos necessários para cada um.

Metodologia e Recursos

Aulas expositivas, recursos audiovisuais, exercícios, aplicativo *Microsoft Teams*, plataforma *Moodle*, Office 365 e apresentações em *PowerPoint*.

Conteúdo Programático

- ✓ Atuação dos Oficiais de Justiça Avaliadores;
 - ✓ Conceito e Noções Gerais;
 - ✓ Atos do Oficial de Justiça;
 - ✓ Funções do Oficial de Justiça;
- ✓ Atribuições Legais;
- ✓ Fé Pública e Poder Certificante;
- ✓ Mandados judiciais;



EMENTA

IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

- ✓ Recebimento dos Mandados;
- ✓ Agendamento de Diligências;
- ✓ Aspectos Formais;
- ✓ Inviolabilidade do Domicílio;
- ✓ Horário das Diligências;
- ✓ Local das Diligências;
- ✓ Prazo de Cumprimento dos Mandados;
- ✓ Forma, tempo e prazo dos atos processuais;
- ✓ Vedações;
- ✓ CCM/NAROJA e os Encarregados;
- ✓ Mandados de Comunicação Processual;
- ✓ Ordem Preferencial das Citações;
- ✓ Intimações;
- ✓ Diligências Eletrônicas;
- ✓ Mandados de Construção / Cumprimento Complexo;
 - ✓ Mandados de penhora;
 - ✓ Mandados de Arresto / Penhora oriundos da Dívida Ativa;
 - ✓ Mandados de Penhora de Renda;
 - ✓ Mandados de Condução;
 - ✓ Mandados de Prisão;
 - ✓ Alvarás de Soltura;
 - ✓ Mandados de Despejo, Verificação, Imissão Manutenção e Reintegração de Posse;
- ✓ Mandados de Busca e Apreensão;
 - ✓ Busca e Apreensão Criminal;
 - ✓ Busca e Apreensão de Criança e Adolescente;
 - ✓ Busca e Apreensão de Veículos;
 - ✓ Busca e Apreensão de Arma de Fogo;
 - ✓ Busca e Apreensão de Autos;
- ✓ Medidas Protetivas de Urgência;
 - ✓ Afastamento do Lar;
 - ✓ Recondução de vítima de violência ao lar;
 - ✓ Remoção e Internação;



EMENTA

IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

✓ Mandados de Avaliação.

Avaliação

Verificação de aprendizagem com seleção randômica de questões na plataforma *Moodle* no fim do curso.

Bibliografia

BRASIL. **Lei nº 13.105/15, de 16 de março de 2015**. Institui o Código de Processo civil. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13105.htm. Acesso em 10 abr de 2023.

BRASIL. **Lei nº 5.478, de 25 de julho de 1968**. Dispõe sobre ação de alimentos e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5478.htm. Acesso em 10 abr de 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.245, de 18 de outubro de 1991**. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8245.htm. Acesso em 10 abr de 2023.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Súmula Vinculante nº 11**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, [2023]. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumario.asp?sumula=1220>. Acesso em 10 abr de 2023.

BRASIL. **Decreto-Lei nº 3.689, de 03 de outubro de 1941**. Institui o Código de Processo Penal. Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del3689.htm. Acesso em 10 abr de 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994**. Dispõe sobre o Estatuto da Advocacia e a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Brasília, DF: Presidência da República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8906.htm. Acesso em 10 abr de 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.869, de 5 de setembro de 2019**. Dispõe sobre os crimes de abuso de autoridade; altera a Lei nº 7.960, de 21 de dezembro de 1989, a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e a Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994; e revoga a Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965, e dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal). Brasília, DF: Presidência da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO JUDICIÁRIA -ESAJ
DIVISÃO DE ENSINO E PESQUISA – DIEPE

EMENTA

IMPORTANTE: Sempre verifique no site do TJRJ se a versão impressa do documento está atualizada.

República, [2023]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2019/lei/L13869.htm. Acesso em 10 abr de 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro. **Código de Normas da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Rio de Janeiro - Parte Judicial**. Rio de Janeiro: Corregedoria Geral da Justiça, [2023]. Disponível em: <http://cgj.tjrj.jus.br/documents/1017893/1037310/codigo-de-normas-da-corregedoria-parte-judicial.pdf/f184dce7-bbd0-295f-9e3a-189a4945051e?version=1.8>. Acesso em 10 abr de 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Corregedoria Geral da Justiça. **Aviso nº 400, de 1º de abril de 2019**. Rio de Janeiro: Corregedoria Geral da Justiça, [2023]. Disponível em: http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=215742&integra=1. Acesso em 10 abr de 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça/Corregedoria Geral da Justiça. **Ato Normativo Conjunto CGJ/TJ nº 11, de 23 de agosto de 2013**. Rio de Janeiro: TJ/CGJ, [2023]. Disponível em: http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=172060&integra=1. Acesso em 10 abr de 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Tribunal de Justiça. **Verbete Sumular nº 166**. Portal do Conhecimento do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro, 2023. Rio de Janeiro: Tribunal de Justiça, [2023]. Disponível em: http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=150847&integra=1. Acesso em 10 abr de 2023.

RIO DE JANEIRO (Estado). Corregedoria Geral da Justiça. **Aviso CGJ nº 1178, de 10 de outubro de 2012**. Rio de Janeiro: Corregedoria Geral da Justiça, [2023]. Disponível em: http://www4.tjrj.jus.br/biblioteca/index.asp?codigo_sophia=145108&integra=1. Acesso em 10 abr de 2023.

Carga horária

14 horas

Atualização: 25/07/2023	Revisão: 01
-------------------------	-------------